

Primeira Mão

Edição 1166

FUP – Filiada à CUT e CNQ

08 a 15/01/2015

Nenhum direito a menos!



Reeleita com amplo apoio das centrais sindicais e movimentos sociais, a presidenta Dilma Rousseff tomou posse no dia primeiro de janeiro, fazendo o juramento público de que em seu governo a classe trabalhadora não terá “nenhum direito a menos, nenhum passo atrás, só mais direitos e passos a frente”. No entanto, dois dias antes, ao apagar das luzes de seu primeiro mandato, a presidenta assinou duas medidas provisórias, com um pacote de mudanças na Previdência Social, que mexem diretamente com direitos e conquistas dos trabalhadores, como seguro-desemprego, auxílio-saúde, auxílio-doença, abono salarial, entre outros benefícios. O objetivo alegado pelo governo é corrigir distorções na concessão dos benefícios, o que significará uma economia de R\$ 18 bilhões ao ano para a Previdência.

A CUT, a CTB e outras centrais sindicais criticaram duramente as medidas e a falta de diálogo do governo. “Contrariamente aos compromissos assumidos de que as decisões que envolvessem os trabalha-

dores deveriam passar por um processo de negociação que permitisse às Centrais Sindicais opinar e oferecer propostas alternativas a quaisquer iniciativas, fomos surpreendidos por um anúncio unilateral das medidas sem que pudéssemos contribuir e de alguma forma assegurar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”, afirmou a CUT, em nota pública.

Uma das principais preocupações das centrais sindicais é a mudança na concessão do Seguro Desemprego. Para a CUT, “as medidas tomadas penalizam exclusivamente os trabalhadores e não impõem nenhuma regra ou sanção para inibir a rotatividade de mão de obra praticada pelas empresas com o único e exclusivo objetivo de reduzir os salários”. A Central também questiona as alterações feitas nos benefícios previdenciários, destacando que os trabalhadores são “os maiores interessados na manutenção do equilíbrio das contas da Previdência, no entanto, esse equilíbrio não pode ser feito a custa dos direitos. Por isso queremos que a dis-

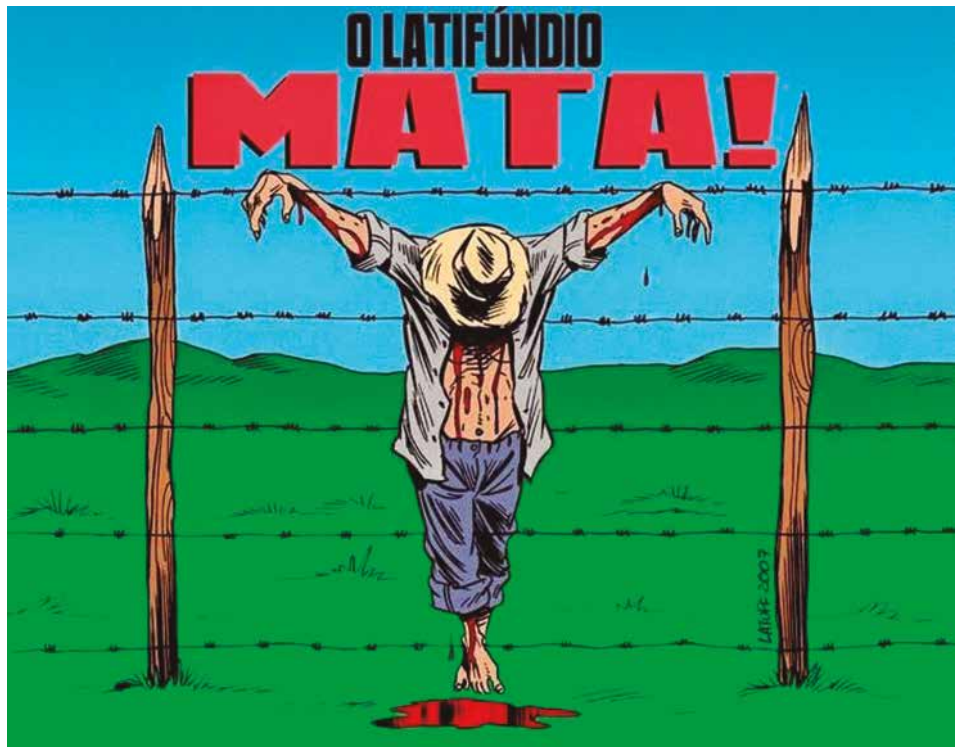
cussão seja mais abrangente, que possa inclusive criar uma solução para o Fator Previdenciário que tanto penaliza os trabalhadores, para que esses direitos não sejam comprometidos”.

Ainda este mês, a CUT, CTB e demais centrais sindicais terão uma reunião com o governo, onde buscarão reverter as medidas anunciadas. A FUP considera um retrocesso grave as mudanças feitas sem negociação com os trabalhadores, que foram fundamentais na reeleição da presidenta Dilma. O novo mandato, lamentavelmente, já começa apontando rumos que o distanciam da pauta dos movimentos sociais. Somente com mobilizações e uma ampla aliança no campo da esquerda, conseguiremos fazer com que o juramento da presidenta vá além da retórica e se concretize em ações para ampliação das conquistas sociais, através de políticas desenvolvimentistas que valorizem a classe trabalhadora, sem de fato “nenhum direito a menos, nenhum passo atrás”.

Kátia Abreu e Levy mostram a que vieram

Os novos ministros da Agricultura, Kátia Abreu, e da Fazenda, Joaquim Levy, nem bem foram empossados e já mostraram para o que vieram: defender os interesses do agronegócio e do mercado. A senadora ruralista, declaradamente contrária à PEC que combate o trabalho escravo e opositora dos direitos indígenas, declarou cinicamente em entrevista à Folha de São Paulo que não é preciso acelerar a reforma agrária, pois no Brasil “latifúndio não existe mais”. A ministra também defendeu a aprovação da PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade sobre a demarcação das terras indígenas, alegando que “os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”.

Joaquim Levy, por sua vez, não se fez de rogado e já anunciou que é favorável ao projeto de lei 4330, que amplia a terceirização para as atividades-fim e precariza ainda mais as condições de trabalho. Em entrevista ao jornal Valor, ele afirmou que a formalização da economia “vai se acelerar se a lei regendo a terceirização,



em tramitação no Congresso, for aprovada”. Defensor do receituário neoliberal, o ministro da Fazenda enfatizou pontos que considera fundamentais para fazer a economia crescer, como abertura dos bancos públicos, redução do crédito subsidiado e fim das barreiras tarifárias para facilitar a

concorrência internacional.

Os movimentos sociais repudiaram essas e outras nomeações feitas pela presidenta Dilma, deixando claro que seguirão na luta para que seja respeitada a pauta da classe trabalhadora e dos milhões de brasileiros que tornaram sua reeleição possível.

Metalúrgicos do ABC entram em greve contra demissões

Os 13 mil trabalhadores da Volkswagen, em São Bernardo, no ABC paulista, entraram em greve por tempo indeterminado, no último dia 06, em protesto contra as demissões de 800 operários anunciadas pela empresa para o próximo mês. Segundo os metalúrgicos, a montadora começou a convocar por carta os trabalhadores para a rescisão do

contrato, alegando que está com 2.100 funcionários excedentes.

“Esses 800 seriam a primeira etapa. A princípio vão colocar em licença remunerada por 30 dias e depois demitir. Não sabemos o motivo de adotar a licença e nem os critérios de escolha dos que receberam as cartas, mas vamos buscar negociação para evitar as demissões”, informou o pre-

sidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques.

Na quarta-feira, 07, operários da Mercedes também realizaram greve de 24 horas, com adesão de mais de 90% dos trabalhadores. A montadora rompeu o acordo que tinha com o sindicato e demitiu 244 metalúrgicos, que estavam com os contratos de trabalhos suspensos temporariamente até abril.

Contraf/CUT condena abertura de capital da CEF

A Confederação dos Bancários da CUT (Contraf) reagiu imediatamente às notícias veiculadas pela imprensa no final de dezembro, de que a presidenta Dilma Rousseff estaria planejando a abertura de capital da Caixa Econômica Federal. As primeiras notícias sobre o assunto surgiram no início de novembro e foram amplificadas após entrevista da presidenta, onde confirmou

sua intenção, mas declarou que será um “processo demorado”.

“Não existe motivo para abrir o capital, na medida em que a Caixa é um banco público que cumpre extraordinário papel social e é a instituição que lidera a concessão de empréstimos habitacionais no país”, defende o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, lembrando que Dilma se comprometeu

na campanha eleitoral com o fortalecimento dos bancos federais. Em nota, a entidade declarou que “a CEF é patrimônio do povo brasileiro e é o terceiro maior banco do país em ativos totais. Em setembro, a Caixa tinha R\$ 1 trilhão em ativos, segundo dados do Banco Central, atrás do também público Banco do Brasil, com R\$ 1,3 trilhão e do privado Itaú com R\$ 1,1 trilhão”.

Eleição para o CA começa sábado. Vote Deyvid na Petrobrás e Cláudio Nunes na Transpetro!

De 10 a 18 de janeiro, será realizado o primeiro turno das eleições que definirão a representação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração do Sistema Petrobrás. A FUP e seus sindicatos apoiam Deyvid Bacelar para o CA da Petrobrás e Cláudio Nunes para o CA da Transpetro. Ambos são jovens lideranças sindicais, comprometidas com a pauta da categoria, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho e ao papel da Petrobrás enquanto empresa pública.

Deyvid é coordenador do Sindipetro-BA e técnico de segurança na RLAM. Cláudio Nunes é diretor do Sindipetro-NF e técnico do Terminal de Cabiúnas. Os dois foram admitidos em 2006. Acesse o perfil dos candidatos no facebook e conheça suas propostas: fa-



cebook/deyvidbacelarnoca e facebook/ claudionunesnoca. Notícias e materiais da

campanha também podem ser acessados no portal www.deyvidbacelar.com.br

Retomar a luta pelo PL 6051/13 e ampliar a representação dos trabalhadores

A grave crise de gestão que atravessa a Petrobrás em função das denúncias de corrupção investigadas pela operação Lava Jato aumenta ainda mais a importância da representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da estatal. Essa vaga, tão importante na luta pela democratização das gestões públicas e estatais, é uma conquista recente dos trabalhadores e, em especial, da FUP, que desde a sua fundação, cobrava participação nos CAs da Petrobrás e de suas subsidiárias.

O pleito foi apresentado pessoalmente pelos petroleiros ao ex-presidente Lula, logo após a sua eleição, em 2002. Mas, somente no dia 29 de dezembro de 2010, após dois anos de tramitação no Con-

gresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 12.353, que assegura o direito de trabalhadores elegerem um representante para o Conselho de Administração de empresas públicas, sociedade de economia mista, subsidiária e suas controladoras em que a União detenha maioria do capital social.

Na segunda eleição para o CA da Petrobrás, em 2013, o atual coordenador da FUP, José Maria Rangel, foi eleito pelos trabalhadores, iniciando uma nova luta para ampliar e fortalecer esse importante instrumento de representação da categoria. Em conjunto com a então deputada federal Fátima Bezerra (PT/RN), Zé Maria formulou o Projeto de Lei 6051/2013, que visa suprimir da Lei 12.353/2010 o pará-

grafo 3º do artigo 2º, que limita a atuação dos conselheiros eleitos, que são impedidos de discutir e votar questões relativas aos trabalhadores, como remuneração, relações sindicais e previdenciárias. O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados Federais e seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Os candidatos apoiados pela FUP - Deyvid Bacelar (Petrobrás) e Cláudio Nunes (Transpetro) - darão sequência a esta luta, retomando articulações no Congresso Nacional para que o PL 6051/2013 seja aprovado, para ampliar e valorizar ainda mais a representação dos trabalhadores no CA.

Adiantamento da PLR depende da divulgação do balanço do 3º trimestre pela Petrobrás

Há vários anos, a Petrobrás e subsidiárias calculam o adiantamento da PLR tomando como base a comparação entre os resultados dos três primeiros trimestres do ano base e do mesmo período do ano anterior. O pagamento da PLR, bem como do seu adiantamento, que até então não tinham critérios, nem regras, foi formalizado no acordo que a FUP e seus sindicatos conquistaram em fevereiro de 2014, após 15 anos de luta.

Em função da Operação Lava Jato, a Petrobrás foi obrigada a adiar três vezes a divulgação do balanço financeiro do terceiro trimestre, que ainda está sendo revisado pela empresa que faz a auditoria das contas. A companhia já informou que, mesmo sem a conclusão deste processo, irá divulgar os resultados até o dia 30, último dia útil de janeiro, atendendo, assim, ao

prazo estabelecido nos seus contratos financeiros.

Em dezembro, a FUP encaminhou documento à Gerência de RH, solicitando reunião para tratar do adiantamento da PLR 2014, mas a empresa até hoje não se pronunciou. O Acordo de Regramento da PLR, no entanto, é claro em relação ao pagamento, tão logo sejam divulgados os resultados do terceiro trimestre.

Edição 1166 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

Berço da Petrobrás, Bahia se levanta em defesa da empresa e contra os corruptos e privatistas



Trabalhadores, estudantes e movimentos sociais e populares da Bahia realizam nesta sexta-feira, 09, um grande ato público em frente ao Edifício Sede da Petrobrás em Salvador (EDIBA). A manifestação exigirá respeito aos petroleiros, rigor contra os corruptos e corruptores e defenderá a Petrobrás e o pré-sal dos que se aproveitam da crise para pregar a privatização da empresa e a entrega do petróleo brasileiro às multinacionais.

A mobilização foi convocada pela CUT e Sindipetro-BA, com participação de outras centrais sindicais, do MST, dos movimentos estudantis e populares. A concentração terá início às 06 horas, no Parque da Cidade, de onde os manifestantes sairão em passeata até a Pituba, onde fica localizado o edifício sede da Petrobrás.

Para o coordenador geral do Sindipetro Bahia, Deyvid Bacelar, é importante estar nas ruas neste momento, explicando para a população que “não se pode confundir a ação nefasta de corruptos e corruptores com nossa categoria petroleira que ao longo de décadas construiu com trabalho profissional e honrado o que é hoje a Petrobrás, uma das gigantes do setor petrolífero mundial”. Ele alerta também os próprios petroleiros para que não caiam nas armadilhas da mídia golpista e do mercado especulativo e privatista, que distorcem fatos para minar a empresa e destruir a sua reputação.

- Nós somos maiores do que tudo isso e, com a nossa força, vamos resgatar a autoestima da nossa categoria e defender a Petrobrás dos corruptos, corruptores e

privatistas. Foi o corpo funcional desta empresa que desenvolveu a pesquisa e tecnologia que resultou na descoberta do

pré-sal, mais uma conquista do povo brasileiro, que hoje corre riscos ampliados pelos entreguistas de sempre, destaca Deyvid.

Manifesto do Sindipetro-NF alerta para interesses geopolíticos



Em manifesto público, divulgado no dia 18 de dezembro, o Sindipetro Norte Fluminense faz um importante alerta para os trabalhadores e a sociedade: “Os interesses geopolíticos que envolvem o setor petróleo não comportam a ingenuidade de acreditar que as investigações, ainda que necessárias e produtivas, não serão utilizadas para causar danos a interesses nacionais em relação à Petrobrás”, ressalta o texto que abre o documento.

“Em nada interessa ao país que a crise decorrente de comportamentos desonestos de alguns dos seus gestores provoque um enfraquecimento desta companhia. A Petrobrás não é corrupta. A Petrobrás é vítima de corruptos e de corruptores. E os petroleiros estão entre os maiores interessados na apuração completa, em todas as

suas consequências, dos casos denunciados”, diz outro trecho do manifesto.

O texto também esclarece que “os ataques sofridos pela Petrobrás neste momento têm relação direta com o potencial do pré-sal” e alerta para os interesses das grandes corporações de comunicação nesta disputa, convocando a população “a se manter vigilante em relação às tentativas de manipulação presentes nos conteúdos da mídia. Diante de qualquer abordagem da imprensa, o sindicato estimula que o trabalhador repudie todo ato de corrupção ativa e passiva, ao mesmo tempo em que questione sobre os reais interesses envolvidos neste setor estratégico para o país. Pelo país, pela Petrobrás e pelo pré-sal, estejamos todos mobilizados e atentos. O Brasil pode e deve sair mais fortalecido dessa crise”.